

Lyon Uebel Thumé

RELAÇÕES BRASIL-CHINA: CAMINHOS PARA A PROJEÇÃO GLOBAL BRASILEIRA

Artigo apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador/a: Prof. Dr. Vinicius Henrique Mallmann

Santa Cruz do Sul

2024

Expresso aqui minha sincera gratidão por todos professores e professoras que fizeram parte de minha jornada acadêmica na UNISC, obrigado por guiarem neste anárquico sistema acadêmico.

Agradeço, em especial, a minha mãe e minha namorada, por sempre estarem presentes quando precisei, sem vocês eu jamais conseguiria.

RESUMO

As relações sino-brasileiras, que completam 50 anos em 2024, são essenciais para a projeção internacional do Brasil, especialmente em um cenário de transição hegemônica no sistema global. Este artigo analisará como a política externa brasileira pode se tornar um pivô no sistema internacional, utilizando sua relação com a China para expandir sua influência global e regional, além de fortalecer sua posição econômica e diplomática. O objetivo principal é responder se a diplomacia brasileira, ao aproveitar essa relação, pode assumir uma liderança entre os países em desenvolvimento. A Teoria Crítica das Relações Internacionais guiará este estudo, permitindo uma análise disruptiva sobre as relações de poder no sistema atual, a hegemonia dos EUA e a ascensão da China. A metodologia focará na análise das últimas duas décadas dessas relações, identificando seus pontos-chave e como podem influenciar o presente e futuro da diplomacia externa brasileira.

Palavras chaves:

Projeção internacional brasileira, transição hegemônica, Brasil, China, EUA.

ABSTRACT

The Sino-Brazilian relations, which celebrate 50 years in 2024, are essential for Brazil's international projection, especially in a context of hegemonic transition in the global system. This article will analyze how Brazilian foreign policy can become a pivot in the international system, using its relationship with China to expand its global and regional influence, as well as strengthen its economic and diplomatic position. The main objective is to answer whether Brazilian diplomacy, by leveraging this relationship, can assume leadership among developing countries. The Critical Theory of International Relations will guide this study, enabling a disruptive analysis of the power dynamics in the current system, the hegemony of the U.S., and China's rise. The methodology will focus on analyzing the last two decades of these relations, identifying key points and how they can influence the present and future of Brazilian foreign diplomacy.

Key words:

Brazilian international projection, hegemonic transition, Brazil, China, USA.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, busca-se trabalhar na hipótese de que o Brasil pode, se agir estrategicamente, utilizar suas relações com a China para ampliar seu papel nas dinâmicas globais, reduzindo sua dependência de *commodities* e fortalecendo sua posição diplomática e econômica, podendo fomentar sua atuação em diversos fóruns multilaterais, como BRICS e G20, ao mesmo tempo em que aumenta sua influência regional e fomenta seu desenvolvimento interno. Utilizando a Teoria Crítica de Relações Internacionais, este artigo tem como principal objetivo responder a seguinte pergunta: a diplomacia brasileira, ao utilizar sua relação com a China, pode se tornar uma liderança entre os países em desenvolvimento? Para alcançar essa resposta, serão analisados, como objetivos secundários: o impacto dessa relação no âmbito regional ao longo dos últimos 20 anos. Além disso, analisar possíveis oportunidades, benefícios e consequências decorrentes da confirmação dessa premissa e se o Brasil tem conseguido extrair poder diplomático suficiente para se manter relevante no sistema internacional, marcado por sua natureza anárquica; e, por fim, as próximas oportunidades que o Estado brasileiro poderá explorar em termos de desenvolvimento econômico e político. Como bem destacado por Sarfati (2005, p. 251):

A Teoria Crítica se presta a avaliar os arranjos sociais de acordo com a sua capacidade de promover um diálogo aberto na humanidade e na promoção de novas formas de organização política, que superem a ordem soberana, livres da exclusão de qualquer tipo.

A Teoria Crítica desenvolvida por Cox, em 1986, oferece uma perspectiva profunda e multifacetada para o tema dos objetivos deste artigo, distanciando-se das teorias mais tradicionais, como o realismo e liberalismo, que se limitam a resolver questões dentro do sistema internacional sem questionar suas bases e premissas anárquicas, pautadas principalmente pelo viés positivista, como colocado por Sarfati (2005, p. 252): “as teorias tradicionais são marcadas pela metodologia positivista e pela tendência de legitimar a ordem social e as estruturas políticas prevalecentes”. O destaque da teoria é sua capacidade de questionar as bases do sistema internacional, propor alternativas e buscar um entendimento mais abrangente das dinâmicas de

poder do mundo globalizado, podendo ser estabelecida a visão da parte de países oprimidos, que são secundários na atuação das relações internacionais.

Neste sentido, em 1986, Cox mostrou que existem três categorias que interagem com a estrutura atual: poder, ideologias e instituições, que são determinantes para perpetuar o modelo hegemônico atual. Devido a isto, guiar este estudo pela teoria mencionada é sair da neutralidade tradicionalista e voltarse para o interesse ético que o Estado brasileiro pode possuir a fugir do *status quo* de submissão ao modelo hegemônico e estabelecer sua emancipação, tornando-se algo aquém do já pré-estabelecido nas tradições das relações internacionais, questionando as três categorias mencionadas previamente.

Tendo como contexto o atual cenário do sistema internacional, no qual é notável o cenário de transição hegemônica proporcionado pela continua ascensão chinesa em conjunto da manutenção da influência dos Estados Unidos da América (EUA) em todo globo, o Brasil, sendo ator relevante para o cenário diplomático do Sul Global, encontra-se diante de uma oportunidade estratégica: a possibilidade de se reposicionar no sistema internacional, utilizando das relações diplomáticas e econômicas (sino-brasileiras) para aumentar sua relevância e expandir sua influência. Em 2024, Brasil e China celebram 50 anos (AURÉLIO, 2024) de relações diplomáticas oficiais, e, devido a isto, existe cenário propício para uma reflexão aprofundada sobre como essa relação bilateral pode contribuir para a projeção internacional brasileira, especialmente no contexto previamente mencionado.

Em ordem de melhor aprofundarmos o debate perante a hipótese deste artigo, devemos entender o atual estado das relações internacionais entre agentes relevantes deste texto, sendo eles Brasil, China e não obstante, EUA. O Estado norte-americano fará parte desta análise no entendimento de que, por se tratar do atual *hegemon*¹ do sistema internacional, mencioná-lo no texto tem como intuito contextualizar a narrativa de mudança de poderes, de como o sistema anárquico das RIs não ficará sem o *big player*², e como a diplomacia brasileira pode aproveitar-se deste momento de transição (como já mencionado) para aumentar sua importância

¹ No contexto das relações internacionais, é um Estado dominante que exerce liderança global ou regional, influenciando a ordem internacional por meio de poder político, econômico e militar.

² Refere-se a um Estado ou ator significativo que, não necessariamente o *hegemon*, desempenha um papel central em decisões e dinâmicas internacionais devido à sua relevância econômica, política ou militar.

perante o emergente (nem mais tão emergente) *hegemon* chinês, sem prejudicar seu mercado interno mas fortalecendo seu alcance diplomático. Neste contexto de transição hegemônica, Paiva (2022) menciona:

Mas acreditar que os americanos haviam assimilado a ideia da China como um país de sua estatura, com quem dividiria decisões sobre a ordem mundial, ia longe demais. Ao contrário, os EUA embrenharam-se, depois de 2010, em manobras militares no Pacífico. Não se intimidaram em nenhum momento para exercer julgamento sobre ações chinesas e reafirmar o seu papel de, no mínimo, *primus inter pares*. Principal potência global quando se considera a dimensão econômico-financeira, detentor de um *soft power* consideravelmente superior ao frágil *soft power* chinês, centro de pensamento acadêmico e de formação educacional no mundo, líder na inovação, detentor de uma capacidade bélica consideravelmente superior à chinesa, não se poderia esperar nada diferente da postura norte-americana. [...] Com o avanço da administração Xi Jinping, a China não só passou a demonstrar que havia adquirido um nível de desenvolvimento tecnológico acima das expectativas americanas, mas se posicionou no cenário internacional com maior firmeza, construindo relações econômicas densas com um bom número de países.

Considerando isto, o Brasil pode basear sua postura em uma relação constante e ativa com a China. Apesar do imenso *soft power*³ e *hard power*⁴ dos Estados Unidos, a política chinesa frente à transição de liderança global tornou-se mais reativa, substituindo a estratégia anterior de "esconda sua força, aguarde seu tempo", como aponta Paiva (2022). Esse processo reflete a confiança da China em sua capacidade competitiva, indicando que a transição é apenas uma questão de tempo e de condições favoráveis. Este momento pode ocasionar oportunidades para a política exterior brasileira fomentar a relação com a república chinesa, aumentando o alcance diplomático e econômico da nação brasileira. Vamos revisitar esta questão frequentemente nos tópicos a serem abordados no texto, sendo, como mencionado previamente, um dos objetivos a ser validado dado a hipótese do artigo.

Para isto, o artigo apresentará uma metodologia interdisciplinar, de caráter qualitativa e quantitativa. Sendo utilizado métodos de revisão bibliográfica, análise de dados das relações sino-brasileiras, contextualização histórica dos Estados mencionados e das trocas diplomáticas entre si. De forma multidimensional,

³ Refere-se à capacidade de influenciar outros por meios não coercitivos, como cultura, valores e diplomacia, moldando preferências através de atração e persuasão.

⁴ Refere-se ao uso de força militar ou econômica para coagir e alcançar objetivos, empregando sanções, ameaças ou poderio bélico para exercer influência direta nas relações internacionais.

considerando as interações entre forças materiais, ideias e instituições (Estados), poderemos entender como o Brasil se portou em relação a estes *hegemons*, e também em como isso afetou sua relação a seus pares do sistema, vide BRICS⁵, Mercosul⁶ ou o G20⁷, afim de entender como a política externa brasileira se posicionará neste momento do sistema internacional. Desse modo, o presente artigo será dividido em três partes, para além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira parte, abordaremos uma contextualização das relações entre os Estados mencionados. Na segunda, discutiremos como essas relações podem tornar o Brasil mais relevante no sistema internacional e quais oportunidades a diplomacia brasileira pode adquirir como resultado disso para fomentar sua política externa. Na terceira, analisaremos as perspectivas futuras das relações do Brasil com esses atores internacionais, destacando possíveis estratégias para consolidar sua posição no cenário global, tendo, assim, paralelo com o tema de emancipação dos Estados excluídos⁸ difundido pela Teoria Crítica de Relações Internacionais, buscando enfim responder os objetivos e a hipótese propostas neste artigo.

2 Contextualização da diplomacia e economia brasileira perante os *hegemons* do sistema.

Para o Brasil, tanto China quanto EUA possuem relevância, em âmbitos econômicos e políticos, visto que, no cenário comercial, cada um representa, respectivamente, 30,7% e 10,9% das exportações brasileiras (GOV, 2024). Para suas relações diplomáticas/políticas, temos uma propensão para cooperações bilaterais para ambos os lados hegemônicos, vide os próprios princípios da agenda de política externa brasileira: autonomia e desenvolvimento, compromisso com a paz e a contínua busca pela negociação e soluções pelo diálogo, além de fortalecimento de seus pares internacionais (GOV, 2021). Como já mencionado previamente, as

⁵ Bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, criado para promover cooperação política, econômica e financeira entre países emergentes.

⁶ Bloco econômico fundado em 1991 por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, visando integração regional e livre comércio entre os membros.

⁷ Grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia, criado para discutir políticas econômicas globais e promover a cooperação internacional.

⁸ “Em tempos de globalização, o combalido Estado nacional está totalmente submetido à economia capitalista mundial e aos interesses das classes dominantes transnacionais” (SARFATI, 2005, p. 256-257). Brasil encaixa-se como um dos excluídos do sistema internacional por ser um país em desenvolvimento à mercê das premissas citadas previamente.

relações sino-brasileiras completaram 50 anos em 2024, mas, também em 2024, Brasil e EUA chegaram aos 200 anos de relações diplomáticas (WIZIACK, 2024). Ou seja, China é nosso principal parceiro tanto diplomático quanto econômico, seguido pelos norteamericanos, demonstrando que a agenda brasileira consegue manter-se relevante para ambos os parceiros internacionais, e mantém uma política externa aberta aos dois *hegemons*.

Na hipótese que, sim, o sistema internacional está atualmente em transição hegemônica, temos a república chinesa com dianteira em relação a expansão de seu leque de influência sem grandes incursões militares e utilizando plataformas e instituições democráticas (IKENBERRY, 2008). Ou seja, a metodologia de expansão chinesa existe em um cenário internacional com o escopo americano ainda em rigor, vide a *Pax americana*⁹ partindo dos anos 1990 (FUKUYAMA, 1992), sem interferir diretamente com o *status quo* do sistema e, ao invés disso, aproveitando-se do mesmo, tornando-se o motor industrial do mundo capitalista. Além disso, como bem colocado por Ikenberry (2008, p. 31):

O fato de os Estados Unidos, a China e outras grandes potências possuírem armas nucleares também limita a capacidade de uma potência emergente de derrubar a ordem existente. Na era da dissuasão nuclear, a guerra entre grandes potências, felizmente, não é mais um mecanismo de mudança histórica. A mudança impulsionada pela guerra foi abolida como um processo histórico. [...] A estrada para poder mundial, em efeito, passa pela ordem do Ocidente e suas instituições econômicas multilaterais.

Diferente do ocorrido na Guerra Fria, onde tivemos o confronto de dois projetos de mundo – um americano e outro soviético – não existirá uma disputa em escalas globais para acertar a troca hegemônica. A expansão chinesa se deve, primeiramente, pelo fortalecimento de sua economia e uso do sistema econômico global difundido pelo próprio EUA (IKENBERRY, 2008). Com o aumento de sua área de inserção internacional rivalizando o atual *hegemon*, a China mantém-se para o Estado brasileiro o parceiro mais atrativo para estar alinhado diplomaticamente e

⁹ Caracterizada pela ausência de conflitos de segurança significativos entre as principais potências globais, esse período destacou-se pelo direcionamento das atenções internacionais para questões econômicas, refletindo-se no fortalecimento das instituições e na expansão das negociações sob a égide da Organização Mundial do Comércio (FUKUYAMA, 1992).

economicamente, vide o contexto de uma eventual transição, e do entendimento que as atuais instituições e blocos continuaram operantes.

2.1. Relações Brasil-China.

Em 2023, a China se tornou o primeiro país a comprar mais de US\$100 bilhões em exportações brasileiras, correspondendo a cerca de 30% das exportações do ano para o Brasil (AURÉLIO, 2024). Este marco recente é resultado de uma trajetória crescente que começou com acordos comerciais de US\$202 milhões em 1979 (BECARD, 2011). Notavelmente, o Brasil apresentou déficit comercial com a China em apenas duas ocasiões, nos anos de 2007 e 2008 (AURÉLIO, 2024).

Além disso, é válido mencionar que a entrada de montadoras chinesas (BYD e GWM) no mercado interno brasileiro é sinalização para uma retomada da industrialização brasileira, pois o plano de ação para os investimentos envolvem comprometimentos em cifras de R\$ 10 bilhões em dez anos, envolvendo a compra de fábrica, criação de rede de concessionárias e contratação de profissionais especializados na área, assim como desenvolvimento de veículos com foco no mercado local (CEZAR, 2024). Além disso, em 2023, a BYD investiu R\$ 65 milhões para pesquisas e desenvolvimentos de energia limpa, e também planeja instalar três linhas de produção em terras brasileiras, com objetivo de maximização da produção nacional e distanciar-se da dependência das importações, consequentemente aumento seu alcance mercadológico (CEZAR, 2024).

Desde 2009, o principal parceiro comercial brasileiro é a China (IBRACHINA, 2024), mas o Brasil não está nem sequer nos cinco principais parceiros da república chinesa (RICHTER, 2024). Em retrospecto dos últimos vinte anos dessa relação existe crescimento bilateral, mas a crítica existe pela dificuldade brasileira de diversificar sua pauta exportadora, tendo assim pouco capital de barganha. Investimentos conjuntos cresceram em áreas como mineração, siderurgia e tecnologia. Empresas chinesas expandiram sua presença no Brasil, com destaque para o Polo Industrial de Manaus e projetos de infraestrutura, e a cooperação em ciência e tecnologia incluiu o programa de satélites Cbers (Programa de Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres) e parcerias com a Embrapa, fortalecendo a pesquisa agropecuária e energética (BECARD, 2011).

O futuro da parceria entre Brasil e China tende a se fortalecer nos setores de infraestrutura e combustíveis sustentáveis, além de se concentrar nas *commodities* como petróleo, soja e minério de ferro, segundo Rodrigo Gedeon, da ApexBrasil (IBRACHINA, 2024). Guo Tingting, vice-ministra de comércio da China, ressaltou a ampliação das trocas de alimentos, minérios e produtos de alto valor agregado como prioridade na relação comercial (IBRACHINA, 2024).

Essa relação, que ao longo das últimas décadas se desenvolveu de forma robusta, especialmente no campo econômico, revela um potencial significativo para além da troca de *commodities*. O crescimento das trocas comerciais, os investimentos chineses no Brasil, e a cooperação em diversas áreas estratégicas, como desenvolvimento de satélites sino-brasileiros, colocam a China como um dos principais parceiros do Brasil na cena global (BECARD, 2011). No entanto, o simples fortalecimento dos laços econômicos, por mais benéfico que seja, não é o suficiente para garantir que o Brasil se destaque como um ator central na arena internacional. É necessário que o Brasil, ao aproveitar as oportunidades de sua relação com a China, adote uma estratégia de política externa que vá além do comércio e promova uma maior articulação diplomática, buscando consolidar seu papel como líder dos países em desenvolvimento e como interlocutor estratégico no hemisfério sul.

2.2. Relações Brasil-EUA.

Marcada por ciclos de aproximação e distanciamento, muito ligados a fatores políticos e estruturais de cada Estado, a relação entre estes dois agentes se mantém volumosa economicamente, pois, mesmo com o período recente de quedas na balança comercial, os Estados Unidos continuam sendo um parceiro estratégico em alguns setores da economia. Atualmente, o Estado americano é responsável pelo segundo maior número de importações e exportações brasileiras acumulando, respectivamente, US\$ 34,3 e US\$ 32,9 bilhões em 2024 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2024). A parceria com os americanos perdurou por cerca de 80 anos na liderança da corrente comercial em relação ao Brasil, perdendo este posto para China em 2009 (KALLOUT, 2022). Além disso, destaca-se que as importações realizadas apresentam maior valor agregado, sendo o maior parceiro comercial no setor de bens de alta tecnologia e serviços (AMCHAM, 2023).

Em 2023, os presidentes Lula e Joe Biden estabeleceram novas bases para fortalecer as relações entre Brasil e Estados Unidos, promovendo a cooperação em temas globais, regionais e bilaterais. Entre as áreas priorizadas estão governança internacional, democracia, direitos humanos e igualdade de gênero. No campo econômico, os dois países avançaram em diálogos sobre energia, cadeias produtivas, desenvolvimento sustentável, questões ambientais, defesa e outros setores estratégicos (WIZIACK, 2024).

2.3. Relação internacionais China-EUA.

Em relação às interações China-EUA dos últimos anos, temos uma política norte-americana focada em uma forte presença em termos econômicos, militares e culturais, aspectos que solidificam seu *soft* e *hard power* e que dificultam o surgimento de competidores à sua altura (PAIVA, 2022). A China, entretanto, desafia esse status ao apresentar um crescimento econômico acelerado e avanços tecnológicos notáveis, consolidando-se como uma potência cada vez mais competitiva no sistema internacional e ampliando sua influência em diversas regiões do globo, sem alterar o modo já existente das trocas e diplomacias do sistema internacional (IKENBERRY, 2008).

Em ordem de preservar-se frente ao exorbitante crescimento chinês, a resposta dos Estados Unidos ao crescimento da China foi marcada por uma postura de contenção, com ações militares que reforçam sua presença no Pacífico, como transferir missões de cruzeiro *tomahawk* de última geração para o Japão e implementar um novo modelo de regimento para seus fuzileiros navais em Okinawa (ESTADÃO, 2024), dessa forma fomentando seu alcance militar na região e reafirmando sua capacidade de *hard power* de forma a conter os avanços chineses na região. As manobras militares e o fortalecimento de alianças com países da região mostram que os EUA não estão dispostos a abdicar facilmente de seu status (GROSSMAN, 2019). Esse contexto reflete a visão americana, por meio da manutenção de seu alcance e influência, de que a China, apesar de ser uma potência emergente, ainda não alcançou o nível de *soft power* e influência acadêmica que os americanos detêm (PAIVA, 2022).

3. Oportunidades para a Política Externa Brasileira.

Para o Brasil, que não se assemelha em níveis de poder bruto, essa disputa oferece uma chance de estabelecer uma diplomacia equilibrada, mantendo-se próximo aos EUA, mas também cultivando uma relação de longo prazo com os parceiros chineses, já principal aliado comercial brasileiro, tendo assim uma oportunidade de aumentar o leque de influência de sua política externa, seja por liderar fórum de discussões em sustentabilidade e inovação, ou por elevar o volume de trocas multilaterais com já existentes parceiros comerciais.

A habilidade de navegar neste momento transitório com autonomia e pragmatismo será crucial para que a política externa brasileira aproveite a disputa entre essas potências sem se comprometer excessivamente com um lado, buscando aumentar o alcance do *soft power* brasileiro, por meio do fomento de sua relação com o latente *hegemon*, em seus pares da América do Sul e com bloco econômicos externos, como o BRICS.

Para que a hipótese já mencionada neste artigo seja meramente possível, temos que utilizar do nosso parceiro mais volumoso de modo a transcender da dependência de exportações de *commodities* – focado em produtos primários, como soja e ferro – e explorar a participação brasileira em mercados que diversifiquem a gama de opções para setores de maiores valores agregados, aproveitando a presente intenção chinesa de investimentos em tecnologia, infraestrutura, industrialização e, principalmente, o mercado de energia verde, fortemente pautado por carros elétricos, geração de energia e fabricação de painéis fotovoltaicos (IVANOV, 2024).

Essa diversificação econômica poderia fortalecer a posição brasileira no comércio global, permitindo que o País se afaste da “armadilha da commodity”¹⁰ e estabeleça uma posição econômica mais fortalecida e sustentável, pois vemos que o mercado de exportação primário cresce exponencialmente para a China, tendo

¹⁰ Refere-se a uma situação em que a economia de um país torna-se excessivamente dependente da exportação de produtos primários, como minérios e agrícolas, com baixo valor agregado. Como resultado, a economia pode enfrentar dificuldades em competir globalmente em setores de maior tecnologia e inovação, reduzindo seu potencial de crescimento a longo prazo. (ESTADÃO, 2011)

crescimento de 46% para 76%, durante 2018 à 2024, das importações chinesas de soja do mercado brasileiro (FOLHA, 2024). A política externa brasileira deve ser primeiramente aliada a sua política pública de fomento da indústria, tendo em vista o plano estipulado na Nova Indústria Brasil (GOV, 2024) com metas definidas para setores da agroindústria, saúde, indústria 4.0¹¹, energias sustentáveis e defesa. Junto destas metas, ainda foi estipulado cerca de R\$ 300 milhões para financiamento geridos pelo BNDES, organizados dentro do Plano Mais Produção, outra política alinhada aos objetivos de desenvolvimento do mercado interno e promoção da industrialização nacional (GOV, 2024). Com o fomento de sua capacidade produtiva interna, alinhada com produção de mercadorias de maior valor agregado, gera-se um dinamismo para as possibilidades diplomáticas e econômicas brasileiras em adicional a sua já conhecida proficiência (de maioria agroexportadora).

Ao considerarmos o objetivo principal deste artigo – Se a diplomacia brasileira, ao fomentar laços com a república chinesa, pode ser uma liderança entre países em desenvolvimento –, o Brasil, ao fortalecer laços com Pequim, pode ampliar sua influência como representante dos interesses do Sul Global, especialmente no cenário em que a China se consolida como o segundo *hegemon* internacional. Atuar como um intermediário entre a China e outras economias emergentes permite ao Brasil expandir sua capacidade de negociação e reafirmar sua posição de liderança, muito aliado aos princípios da Teoria Crítica difundidos por Cox (COX, 1986), a qual prevê uma metodologia de diálogo aberto, disruptivo ao *status quo*, que venha a atenuar as disparidades entre os países de maiores poderes quanto aos menores, ou seja, a diplomacia brasileira como pivô internacional, tanto em agendas de desenvolvimento regional quanto ambiental.

Com a relação expandida para além do âmbito exportador-importador, no campo diplomático, a relação sino-brasileira representa uma oportunidade para o Brasil alavancar sua participação em fóruns multilaterais, como BRICS e G20, fortalecendo o diálogo Sul-Sul e influenciando decisões globais.

Além disso, retornando ao tópico de investimentos internos, a relação sino-brasileira pode ser utilizada por meio da experiência chinesa em áreas de

¹¹ A Indústria 4.0, ou quarta revolução industrial, integra tecnologias digitais como inteligência artificial, internet das coisas, big data e robótica avançada nos processos produtivos, promovendo maior eficiência, automação e conectividade.

infraestrutura, podendo contribuir com projetos em áreas críticas do Brasil, como transporte, energia e telecomunicações. A cooperação nesse sentido geraria benefícios mútuos, ao passo que fortaleceria a economia brasileira e consolidaria a presença chinesa na América Latina, essa parceria pode contribuir para o desenvolvimento de novas cadeias de valores regionais, nas quais o Brasil desempenharia um papel central, promovendo crescimento econômico sustentável e aumentando sua autonomia diante de outras potências globais. O Brasil, ao mesmo tempo, ganharia em competitividade, o que lhe permitiria reduzir a vulnerabilidade econômica causada pela dependência excessiva de *commodities* e promoveria uma maior integração com o mercado global.

Entretanto, é necessário cautela para evitar que a priorização de investimentos externos sobre o desenvolvimento de projetos nacionais acabe por enfraquecer o poder de decisão estratégica do Brasil em setores cruciais. Aceitar investimento estrangeiro em áreas de alto valor agregado é, sim, positivo para o mercado interno brasileiro, visto que fortaleceria os níveis de emprego nacional e subsequentemente o aumento de renda médio. Mas nesse cenário, há o risco de que áreas estratégicas internas fiquem à mercê de interesses internacionais, limitando a autonomia do Brasil na formulação de políticas públicas e priorização de seus próprios interesses econômicos e sociais. Este revés se manifestaria na medida em que o controle sobre os indicadores mencionados fosse transferido para empresas ou governos estrangeiros, podendo vir a enfraquecer o poder político interno, aumentando a vulnerabilidade às exigências de países mais poderosos. O mercado brasileiro já é destino para diversos investimentos externos, estando atrás apenas dos EUA no quesito no primeiro semestre de 2024 (VELLANI, 2024). Por isso, é crucial equilibrar o ingresso de investimentos externos, não somente chineses, com a preservação de mecanismos de controle nacional sobre essas operações, vide as políticas públicas anteriormente mencionadas.

4. Brasil como líder do Sul-Global.

Por fim, a possibilidade de o Brasil consolidar-se como uma liderança do Sul Global dependerá da sua capacidade de maximizar essa relação com a China sem

comprometer sua autonomia política e seus princípios democráticos. A relação sino-brasileira, ao nosso entender, precisa ser pautada por um equilíbrio que assegure os interesses nacionais e evite que o país se torne excessivamente dependente de Pequim. Isso exige, antes de tudo, uma política externa bem estruturada, não dependente de governos momentâneos, e que seja pautada por: 1) Um desenvolvimento pautado por uma carteira diversificada de investimentos externos – o que já ocorre hoje, vide ser o país com 5ª colocação como destino para investimentos estrangeiro em 2021, U\$ 58 bilhões (GOV, 2022) – assim evitando a concentração excessiva de um único país; 2) Acordos bilaterais que envolvam transferência de tecnologia, capacitadores de mão-de-obra interna e investimentos em setores de maior valor agregado; e, por fim, 3) Reforce a situação em fóruns multilaterais, como BRICS e G20; 4) Que os frutos advindos de tais investimentos sejam, internamente, estimuladores de setores estratégicos como tecnologia, energia e infraestrutura, guiando-se via políticas públicas que incentivem a inovação e o fortalecimento das empresas situadas em território nacional.

Além disso, torna-se imprescindível monitorar constantemente os impactos desses investimentos na economia e na sociedade, garantindo que as políticas mencionadas atendam às necessidades brasileiras de maneira estratégica, respeitando os princípios de soberania e autonomia política.

A criação de uma Câmara de Compensação em 2023 permitiu a realização de transações comerciais e financeiras entre os dois países em *yuan*, sem a intermediação do dólar americano, facilitando o comércio bilateral e a integração financeira. O contexto para o desenvolvimento dessa parceria passa pelo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB, na sigla em inglês) que, ao promover a cooperação financeira entre os países-membros do bloco, criou esta câmara, alinhada aos objetivos do banco de reduzir a dependência da moeda estadunidense nas movimentações internacionais (NDB, 2022).

A consolidação e fortalecimento do vínculo sino-brasileiro provêm ao Brasil uma maior relevância no cenário internacional, e os laços provenientes fortalecem setores-chaves, como infraestrutura, energia, alimentos e inovação (IVANOV, 2024). Isso permite à política externa nacional posicionar-se como um pivô do fomento tecnológico para países do Sul Global, além de garantir o desenvolvimento interno alinhado com planos previamente mencionados neste texto (Nova Indústria Brasil, Plano Mais Produção), agindo como uma ponte entre nações emergentes e grandes

potências, articulando interesses comuns e promovendo cooperação e multilateralismo.

Não se emancipando inteiramente da influência de potências hegemônicas, o Brasil, enquanto um Estado excluído¹², busca alternativas para atuar de maneira diferenciada das práticas tradicionais das relações internacionais. Ao propor ações multilaterais junto a demais países em condições similares, o Brasil pode contribuir para fortalecer a base dessas nações que, muitas vezes, permanecem sujeitas aos interesses das potências dominantes, promovendo, assim, transformações na dinâmica do sistema internacional.

Esta ação é perpendicular ao projeto normativo emancipatório propagado pela Teoria Crítica (e também se relaciona diretamente com o objetivo principal deste artigo, de Brasil como pivô internacional), a da ética dos excluídos internacionais, enunciado por Linklater (1996, p. 290-295) e reforçados por Sarfati (2005, p.257), ao sugerirem três formas internacionais de organização social:

- 1) Uma sociedade pluralista de Estados em que princípios de coexistência funcionem como a chave para a preservação da liberdade e igualdade entre comunidades políticas independentes; 2) uma sociedade de Estados que concorda com princípios morais substantivos; 3) um sistema pós-westfaliano no qual os Estados abolem parte de seus poderes soberanos em prol de uma divisão institucionalizada do poder político e das normas morais.

Não entrando no mérito quase utópico da questão assinalada acima, ao desenvolver-se uma sociedade Sul-Sul, o mais plausível para a sociedade internacional atual é o primeiro modelo pluralista, a qual os Estados mantêm-se com políticas independentes e não expandem sua soberania acima de seus pares, sem perder o entendimento de que a coexistência existe para ao desenvolvimento em suas nações. Tal modelo mostra-se favorável para que o pluralismo brasileiro possa prevalecer ao situar-se perante seus pares do hemisfério sul, utilizando-se da

¹² “Em tempos de globalização, o combalido Estado nacional está totalmente submetido à economia capitalista mundial e aos interesses das classes dominantes transnacionais” (SARFATI, 2005, p. 256-257). Brasil encaixa-se como um dos excluídos do sistema internacional por ser um país em desenvolvimento à mercê das premissas citadas previamente.

clamada relação com Pequim para fortalecer-se como *hub*¹³ tecnológico e exportador desta sociedade e somar a seu atual alcance perante aqueles países mais periféricos em relação à nação brasileira, pois, afinal, mesmo sendo um país do Sul Global, Brasil ainda possui relativa vantagem em comparação aos demais – vide PIB de U\$ 2,17 trilhões em 2023 (FMI, 2024).

Além disso, ao mencionarmos poder diplomático puro, é importante destacar que a agenda de reformulação de instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU e os organismos financeiros multilaterais (como o FMI e o Banco Mundial), é uma demanda histórica da política externa brasileira. Ganhando forças a partir da redemocratização, com o governo FHC retomando de maneira mais contundente, foi intensificada no governo Lula, especialmente após a crise de 2008, quando o Brasil passou a ser credor do FMI (ALMEIDA, 2012).

Como dito pelo presidente brasileiro sobre o conselho de segurança: “Na sua atual configuração, o Conselho de Segurança tem se mostrado incapaz de resolver conflitos e, menos ainda, de preveni-los. Falta transparência no seu funcionamento, falta coerência nas suas decisões” (MAZUI, 2024), questionando a eficácia e poder de veto do conselho permanente, compostos hoje pelos membros EUA, Reino Unido, China, Rússia e França.

O alinhamento da política externa exercida por Lula, com políticas públicas internas, é deixado claro no dia da posse do atual chanceler do Itamaraty, Mauro Vieira, ao enfatizar a necessidade de abraçar diversos setores nos próximos anos, sendo eles: crescimento econômico, meio ambiente, agricultura, educação, cultura, ciência, tecnologia, inovação, direitos humanos, desenvolvimento social e defesa (LOPES, 2023). E como bem enfatizado por Lopes (2023, p. 83):

Entusiasta da diplomacia presidencial, o chefe de Estado brasileiro absorveu o espírito da nova era: não seguiria o plano de voo da política externa adotada no início do século XXI, época de sua primeira passagem pelo Planalto. Haveria resgates, decerto, e não seriam poucos; no entanto, as diferenças de enfoque e método já se mostravam pronunciadas

¹³ Centro de conexão ou referência. Nesse caso, refere-se ao Brasil como um ponto estratégico ou central para a tecnologia e exportação,

Assim sendo, a diplomacia brasileira notou necessidade de sair de um modo reativo para uma política mais ativa, diante de um cenário internacional em constante transformação, renovado e pautado por questões mais ligados a sustentabilidade e inovação. Em 2023, a política externa brasileira adotou uma abordagem que favorece a construção de uma nova ordem global, vinculando temas como mudanças climáticas e segurança alimentar à necessidade de reformar o sistema financeiro internacional e o Conselho de Segurança da ONU (LOPES, 2023). A capacidade do Brasil de atuar como mediador e articulador entre potências hegemônicas e países em desenvolvimento reforça sua posição como um ator estratégico, tanto no âmbito econômico quanto diplomático. Esse papel ganha ainda mais relevância quando consideramos os desafios contemporâneos, como a transição energética, as mudanças climáticas e a reorganização das cadeias globais de valores.

No entanto, como já abordado no artigo, a política externa brasileira enfrenta dilemas significativos. Entre eles está o desafio de equilibrar relações com os Estados Unidos e a China sem pender excessivamente para um lado, preservando sua autonomia e integridade nacional. Essa neutralidade estratégica, enquanto ambiciosa, requer um alinhamento cuidadoso das prioridades internas e externas do país, tomando o cuidado para não tornar-se pária em um momento sensível¹⁴ para o sistema internacional. Ao mesmo tempo, é fundamental garantir que os interesses nacionais, especialmente em áreas sensíveis como segurança, tecnologia e infraestrutura, não sejam subordinados às exigências de parceiros externos, não tornando-se prioritamente dependente de investimentos estrangeiros para manter-se operante. Além disso, como mencionado previamente, o interesse em vir a ser um *hegemon* das relações Sul-Sul não pode ser escanteado para adequar-se a exigências feitas em negociações com atuais líderes do sistema internacional, pautando-se sempre na perspectiva de utilizar a relação para alavancar-se perante os demais, e não submeter-se perante a pressão externa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa brasileira enfrenta um momento de transformação e redefinição, moldado pelas tensões entre potências globais, pela crescente

¹⁴ Cenário de troca hegemônica de EUA para China.

importância da China como parceiro estratégico e pelas oportunidades de liderar pautas internacionais emergentes, como políticas verdes. Para aproveitar essas oportunidades e mitigar os riscos, o Brasil precisará adotar uma abordagem integrada e ativa, que combine o fortalecimento de sua economia interna, a ampliação de sua presença nos fóruns globais e a preservação de sua autonomia política. Esse equilíbrio será a chave para garantir que o Brasil não apenas sobreviva, mas prospere no cenário internacional em constante evolução.

A consolidação da política externa brasileira como uma força equilibradora e promotora do diálogo global dependerá da capacidade do país de conciliar o fortalecimento de suas bases internas tanto quanto sua capacidade externa, principalmente quando vista em longo prazo. Quando visto no âmbito do território nacional, investir em educação, inovação e infraestrutura é crucial para a sustentabilidade da economia brasileira perante o longo prazo, com intuito de fomentar a indústria nacional e o aumento de produções de maior valor agregado. No cenário diplomático internacional, a manutenção da já mencionada postura firme, mas não-violenta, permitirá ao Brasil a ampliação da influência perante os fóruns mencionados (G20, Mercosul, BRICS e ONU) sem comprometer os valores e interesses estratégicos. A promoção de uma agenda multilateral, que consiga mediar a relação Norte-Sul sendo um dos principais líderes do Sul-Sul, reforçará a posição brasileira como um ator relevante para o sistema internacional, uma postura que refletirá o papel de liderança brasileira em paralelo com o fortalecimento do Sul Global.

Ainda assim, os desafios permanecem. O país precisa preservar sua autonomia frente a investimentos externos, garantindo que eles sirvam para o fortalecimento de sua capacidade interna em setores sensíveis. A dependência excessiva de capital estrangeiro ou a priorização de interesses externos sobre os nacionais pode enfraquecer o Brasil no longo prazo. Para evitar isso, é essencial implementar políticas públicas robustas, que promovam a inovação, capacitação de mão de obra e fortalecimento de empresas nacionais, além de exigir contrapartidas nas transferências tecnológicas oriundas de parcerias bilaterais. Ademais, este fomento nacional será importante ao expandir o ramo de influência na América Latina, sendo um chamariz para que o Brasil atue como investidor externo ou parceiro

comercial para países menos desenvolvidos, tornando-se assim o *hegemon* dos excluídos.

Retornando a Teoria Crítica, ao abordarmos o contexto de crise na ordem mundial estabelecida – vide tendência a China hegemônica –, podemos partir de um trecho de Cox (1994, p. 109) sobre o tema:

Se essa condição prenuncia o fim de um ciclo da história mundial, quais podem ser as possibilidades de um novo começo? Deixe-me dizer aqui que não acredito na inevitabilidade histórica. As pessoas, coletivamente, podem ser confrontadas com oportunidades, mas cabe a elas aproveitá-las ou não. A ação humana, condicionada pela experiência passada, é o agente ultimato da história.

Tendo isso em mente, adotamos a perspectiva crítica de que, ao se posicionar como um agente central da mudança hegemônica em um mundo capitalista-democrático no período pós-*Pax Americana*, o Brasil, mesmo sem se envolver diretamente na disputa entre as grandes potências do sistema, busca engajar instituições, blocos e regiões em que está inserido. Essa atuação estratégica tem como objetivo traçar um futuro mais promissor não apenas para o país, mas também para outros. Assim, a liderança brasileira nas relações SulSul, especialmente junto aos excluídos do sistema, será consolidada.

Ademais, ao contextualizamos as relações propostas no artigo e entendermos os diversos impactos destas na política externa brasileira, como proposto em um de nossos objetivos secundários, podemos mapear as oportunidades e desafios advindos da relação nacional perante o momento de troca hegemônica. Assim, a análise confirma a premissa inicial e o objetivo principal deste artigo: a diplomacia brasileira, alavancando sua relação com a China, pode não apenas se tornar uma liderança entre os países em desenvolvimento, mas também desempenhar um papel central na construção de uma ordem internacional mais equilibrada e inclusiva. Essa conclusão reflete a capacidade do Brasil de articular estratégias de longo prazo que integram desenvolvimento econômico, poder diplomático e influência política global, e relaciona-se aos objetivos do artigo relacionados ao poder diplomático e futuro da democracia brasileira.

Por fim, a liderança do Brasil entre os países em desenvolvimento dependerá da sua capacidade de atuar como mediador em disputas internacionais,

representando os interesses do Sul Global sem se alinhar completamente a nenhum bloco hegemônico. A articulação de uma agenda que equilibre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e diplomacia multilateral será a chave para transformar a parceria sino-brasileira em uma alavanca para consolidar sua posição como um player central no cenário internacional. Realçando a hipótese levantada neste artigo, de que a diplomacia brasileira pode se tornar um pivô nas relações Sul-Sul ao fortalecer seus laços com a China, é possível afirmar que a análise realizada ao longo deste trabalho permite confirmar essa premissa. A partir do exame das relações sino-brasileiras nas últimas décadas, do contexto de transição hegemônica e das oportunidades que emergem desse cenário, verificou-se que o Brasil possui condições para ampliar sua relevância internacional ao adotar uma postura estratégica e ativa em sua política externa.

A problemática central do estudo foi respondida, uma vez que as evidências demonstram que a relação com a China, se bem aproveitada, pode elevar a influência do Brasil entre os países em desenvolvimento, consolidando sua posição como mediador e articulador global. Observou-se que a diplomacia brasileira já desempenha um papel fundamental no fortalecimento de laços multilaterais e na defesa de uma agenda de desenvolvimento sustentável e inclusivo, alinhada às diretrizes da Teoria Crítica das Relações Internacionais.

Quanto aos objetivos propostos, todos foram cumpridos. O impacto das relações sino-brasileiras no âmbito regional foi analisado em profundidade, evidenciando a importância crescente da China como principal parceiro comercial do Brasil. Além disso, foram identificadas oportunidades concretas para expandir a atuação diplomática brasileira e promover uma maior diversificação econômica, reduzindo a dependência de commodities. Por fim, a discussão sobre as perspectivas futuras mostrou que a estratégia adotada pelo Brasil nesse período de transição global será determinante para seu posicionamento internacional nos próximos anos.

Dessa forma, a conclusão do estudo reforça a necessidade de uma política externa pragmática, que maximize os benefícios da cooperação com a China sem comprometer a autonomia do Brasil. A construção de uma agenda multilateral ativa, o fortalecimento de setores estratégicos e a ampliação da presença brasileira nos principais fóruns internacionais se apresentam como caminhos fundamentais para

garantir que o Brasil não apenas se adapte ao novo cenário global, mas também se torne um ator central na definição de suas dinâmicas futuras. Colocando em foco a pauta trabalhada para o contexto da situação atual, entende-se que, ao debatermos os objetivos propostos neste artigo, existe um cenário favorável para que a diplomacia brasileira seja reconhecida como líder, não somente por seus pares, não somente pela sua própria soberania, mas também por aqueles a quem dominam o sistema internacional, consolidando-se ainda mais em um cenário político global que propõe-se cada vez mais volátil.

6 REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Paulo R. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

AMCHAM. EUA e China: qual parceiro é mais importante para o Brasil. Disponível em: <<https://www.amcham.com.br/blog/eua-e-china-qual-parceiro%C3%A9-mais-importante-para-o-brasil>> Acesso em: 29 nov. 2024.

AURÉLIO CANÔNICO, Marco. Relação bilateral entre Brasil e China vive ápice aos 50 anos. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brazil-chinameeting/noticia/2024/01/23/relacao-bilateral-entre-brasil-e-china-vive-apiceaos-50-anos.ghtml>> Acesso em: 17 jun. 2024.

GROSSMAN, David. A preocupação nos EUA com o avanço da China: “Uma ameaça maior que a União Soviética”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50392627>> Acesso em: 11 nov. 2024.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. supl. 1, p. 31–44, nov. 2011.

CEZAR, Genilson. Montadoras chinesas investem em fábricas no Brasil. *O Globo*, 23 jan. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brazilchina-meeting/noticia/2024/01/23/montadoras-chinas-investem-em-fabricasno-brasil.ghtml>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

COX, Robert W. Social Forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert O. (Ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986.

COX, Robert W. *The Crisis in World Order and the Challenge to International Organization*. Cooperation and Conflict, v. 29, n. 2, p. 99-113, 1994.

ESTADÃO. Como os EUA estão implementando um novo arsenal no Pacífico para combater a China. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/como-os-eua-estao-implementandoum-novo-arsenal-no-pacifico-para-combater-a-china/>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ESTADÃO. A armadilha das commodities. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opinioao/a-armadilha-das-commodities/>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

FOLHA DE S.PAULO. China aproveita real fraco para importar mais soja do Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/chinaaproveita-real-fraco-para-importar-mais-soja-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

FOLHA DE S.PAULO. China diversifica importações de grãos e se fortalece contra riscos de guerra comercial com EUA. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/china-diversifica-importacoes-de-graos-e-se-fortalece-contrariscos-de-guerra-comercial-com-eua.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2024.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GARCIA, N.; MACHADO, R. Entrada do Brasil em Nova Rota da Seda contrapõe pressão política e preocupação com indústria. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/entrada-do-brasil-em-novarota-da-seda-contrapoe-pressao-politica-e-preocupacao-com-industria.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

GOV. A Política Externa como Política Pública: Prioridades. *Interesse Nacional*, ano 14, n. 54, julho-setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursosartigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/carlos-franca2021-2022/a-politica-externa-como-politica-publica-prioridades-interessenacional-ano-14-n-54-julho-setembro-de-2021>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

GOV. Brasil ganha nova política industrial com metas e ações para o desenvolvimento até 2033. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/ptbr/assuntos/noticias/2024/janeiro/brasil-ganha-nova-politica-industrial-commetas-e-aco-es-para-o-desenvolvimento-ate-2033>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

HAUBERT, Mariana. “Compartilhamos muitos pontos de vista”, diz Lula sobre a China. *Poder 360*, 14 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/compartilhamos-muitos-pontos-devista-diz-lula-sobre-a-china/>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HIRST, Monica. A política externa brasileira e suas agendas de pesquisa: entre a dimensão conceitual e o sentido prático. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/arquivos-ipri/monica-hirst-a-politica-externabrasileira-e-suas-agendas-de-pesquisa.pdf>>.

IBRACHINA. China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Disponível em: <<https://ibrachina.com.br/china-e-o-maior-parceiro-comercial-dobrasil-desde-2009/>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

IKENBERRY, John. The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive? *Foreign Affairs*, v. 87, n. 1, p. 23–37, fev. 2008.

IVANOV, R. Otimismo na economia chinesa deve alavancar investimentos no Brasil. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brazilchina-meeting/noticia/2024/01/23/otimismo-na-economia-chinesa-devealavancar-investimentos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2024.

JAMIL CHADE. Brasil e China fecharão acordo para criar aliança internacional contra fome. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamilchade/2023/03/23/brasil-e-china-fecharao-acordo-para-criar-aliancainternacional-contrafome.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

JOÃO PONTES NOGUEIRA; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KALOUT, Hussein; DA COSTA, Henrique. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil. *CEBRI*, v. 2, p. 70–89, jun. 2022.

LINKLATER, Andrew. The achievements of critical theory. Em: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LOPES, Dawisson. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. *CEBRI*, v. ano 3, n. 9, mar. 2023.

MAZUI, G. Brasil quer submeter proposta formal de reforma das regras da ONU, diz Lula. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/09/25/nog20-lula-defende-taxacao-de-grandes-fortunas-para-combate-a-desigualdade-e-mudancas-do-clima.ghtml>>. Acesso em: 2 out. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Exportações Gerais. *Comex Stat*. Base de Dados. Brasília: Ministério da Economia, 2004-2024. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

NDB. General Strategy. Disponível em: <<https://www.ndb.int/about-ndb/generalstrategy/>>.

PAIVA, M. China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia. *CEBRI-Revista*, v. 2, abr. 2022.

PASSOS, P.; LACOMBE, V. Em 8 gráficos, veja indicadores que aproximaram ou afastaram Brasil e China em 50 anos. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/08/em-8-graficos-veja-indicadores-que-aproximaram-ou-afastaram-brasil-e-china-em-50-anos.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

PATRICK, I. Dilema entre interesses e valores ditará os próximos 50 anos de Brasil-China. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/igorpatrick/2024/08/dilema-entre-interesses-e-valores-ditara-os-proximos-50-anos-de-brasil-china.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

PATRICK, I. Cúpula do G20 deve ser prenúncio da disputa entre China e EUA por mais influência no Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/igorpatrick/2024/10/cupula-do-g20-deve-ser-prenuncio-da-disputa-entre-china-e-eua-por-mais-influencia-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

RICHTER, F. Infographic: China's Most Important Export Partners. Disponível em: <<https://www.statista.com/chart/32206/chinas-most-important-exportpartners/>>.

Relação entre Brasil e China: uma parceria estratégica em ascensão. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/relacao-entre-brasil-e-china-uma-parceria-estrategica-em-ascensao/>>.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

VELLANI, Isabella. OCDE diz que Brasil é 2º país com mais fluxo de investimento estrangeiro direto, atrás dos EUA. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/ocde-diz-que-brasil-e-2o-pais-com-mais-fluxo-de-investimento-estrangeiro-direto-atras-dos-eua/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

WIZIACK, J. EUA concentram quase um terço dos investimentos estrangeiros no Brasil. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2024/06/eua-concentram-quase-um-terco-dos-investimentos-estrangeiros-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2024.